



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações financeiras, relativas aos exercícios encerrados em 31/12/2021 e 31/12/2020.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	26	90	931	91.263
Investimentos de curto prazo	4	429	-	6.563	-
Contas a receber	5	-	-	7.981	8.023
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	3	-	1.742	-
Outros tributos a recuperar	6	6	7	148	2.086
Conta de ressarcimento	15	-	-	300	-
Dividendos a receber	6	12.977	12.733	-	-
Estoques	8	-	-	3.578	-
Outros créditos	9	467	4.494	497	14.192
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		13.908	17.324	21.740	115.564
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	5	-	-	-	1.132
Conta de ressarcimento	15	-	-	7.086	-
Cauções e depósitos vinculados	10	-	-	126.412	14.641
Outros tributos a recuperar	9	3	-	3	6
Outros créditos	9	-	-	1.543	-
Investimentos	11	144.915	130.525	-	-
Imobilizado, líquido	12	304	1.001	289.320	312.165
Intangível, líquido	107	107	384	12.045	13.127
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		145.329	131.910	436.409	341.071
TOTAL DO ATIVO		159.237	149.234	458.149	456.635

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	13	1	327	7.245	9.980
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	-	-	29.328	-
Tributos a pagar	15	10	-	942	-
Conta de ressarcimento	15	-	-	32.006	33.475
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	16.886	13.465
Passivo de arrendamento	17	-	178	503	1.484
Dividendos a pagar	6	238	111	238	111
Outras obrigações	-	-	-	2.482	3.829
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		249	3.098	87.441	62.344
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	171.866	188.641
Passivo de arrendamento	17	-	144	9.021	9.922
Provisões para processos judiciais e outros	17	-	-	204	204
Conta de ressarcimento	15	-	-	4.365	3.663
Outras obrigações	15	-	-	1.539	-
Impostos diferidos	18	-	-	-	24.879
Provisão para desmobilização	19	-	-	24.725	20.990
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	144	211.720	248.299
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		143.460	142.770	143.460	142.770
Reserva de lucros		15.528	3.222	15.528	3.222
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	158.988	145.992	158.988	145.992
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		159.237	149.234	458.149	456.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	22	-	-	81.326	61.460
Custo de produção e operação de energia	23	(385)	(270)	(46.422)	(56.761)
Lucro Bruto		(385)	(270)	34.904	4.699
Gerais e administrativas	24	(463)	(13)	(4.980)	(1.966)
Outras receitas e (despesas) operacionais	25	(565)	(10)	1.065	18.506
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(1.028)	(23)	(3.915)	16.540
RESULTADO BRUTO		(1.413)	(293)	30.989	21.239
Resultado de equivalência patrimonial	11	14.647	4.058	-	-
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	33	17	3.374	1.418	1.418
Despesas financeiras	(723)	(1.766)	(16.171)	(17.032)	(17.032)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	26	(690)	(1.749)	(12.797)	(15.614)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		12.544	2.016	18.192	5.625
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	-	(30.527)	(602)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	-	24.879	(3.007)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	27	-	(5.648)	(3.609)	(3.609)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		12.544	2.016	12.544	2.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro do exercício		12.544	2.016	12.544	2.016
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS		12.544	2.016	12.544	2.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Reserva de Lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		142.770	1.005	296	144.071
Lucro líquido do exercício		-	-	2.016	2.016
Constituição da Reserva Legal		-	101	(101)	-
Reserva de lucros		-	1.820	(1.820)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(95)	(95)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	21	142.770	1.106	2.116	145.992
Aumento de capital		690	-	-	690
Lucro líquido do exercício		-	-	12.544	12.544
Constituição da Reserva Legal		-	627	(627)	-
Reserva de investimentos (onçamento de capital)		-	-	11.679	(11.679)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(238)	(238)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21	143.460	1.733	13.795	158.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A MS Participações Societárias S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objetivo a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista.

A Companhia é a controladora integral da Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Bela Vista"), Embuca Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Embuca"), Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Icarai"), Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Mar e Terra").

Em 23 de dezembro de 2020, a AES Brasil Operações S.A. assinou um SPA com a Cubico Brasil S.A. para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia e suas controladas. Em 30 de abril de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPEs foi transferida e o controle assumido pela AES Brasil Operações S.A.

Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

O mundo ainda vive em cenário de pandemia, ocasionado pela propagação da COVID-19 e tem causado sérios impactos, provocando intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais.

A controladora da Companhia, no decorrer de 2021 foi criada o Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos, com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias para garantir a segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios. Nesse sentido, a Companhia mantém o acompanhamento para revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apurou impactos relevantes nos resultados financeiros e nas operações que possam comprometer a capacidade de seus projetos.

1.1. Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Complexo Eólico

Parque gerador	Contrato/Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência autorização	Prazo autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Bela Vista	2º LER/2009	741/2010	20/08/2010	19/08/2045	35 anos	2014	13	27,3	11,8
Embuca	2º LER/2009	732/2010	18/08/2010	17/08/2045	35 anos	2014	13	27,3	11,1
Icarai	2º LER/2009	601/2010	01/07/2010	30/08/2045	35 anos	2014	8	16,8	7,8
Mar e Terra	2º LER/2009	867/2010	26/10/2010	25/10/2045	35 anos	2014	11	23,1	8,4
						Total	45	94,5	39,1

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 30 de maio de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCP 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis consolidadas de 2021 no montante de R\$65.701 (R\$53.220 capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2020), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos futuros, e assim dar continuidade a seus negócios no curto prazo além de contar com aportes financeiros de sua controladora, se necessário, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração seguirá com um plano operacional de melhoria no desempenho do ativo, investimento em operação e manutenção (O&M) e garantia de disponibilidade dos aerogeradores. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3.3. Critérios de consolidação dos empreendimentos controlados

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminadas contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os

julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são:

(i) arrendamento;
 (ii) valor justo de instrumentos financeiros;
 (iii) provisão para desmobilização.

Provisões para processos judiciais

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e suas controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.5. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia e suas controladas avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2021, estão evidenciadas a seguir:

• Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 de junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas controladas.

• Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidência: Reforma da taxa de referência de juros - Fase 2.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.

Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

Fornecer exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia e suas controladas detêm uma quantidade limitada e material de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

3.6. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10 / IAS 28	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 - Ativo imobilizado Melhorias anuais às IFRS - Ciclo 2018 - 2020	IAS 16	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso - recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	N/A	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41 Contratos onerosos - custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 37	Fornecer guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis e requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial	1º



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos vencidos	Total
Contratos de energia eólicos	7.981	7.981
Total	7.981	7.981

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui saldos vencidos.

6. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas mantêm transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ATIVO				
Outros créditos				
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A. (i)	-	325	-	-
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A. (i)	-	576	-	-
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A. (i)	-	462	-	-
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. (i)	-	384	-	-
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A. (i)	-	118	-	148
Central Eólica São Cristóvão S.A. (i)	-	132	-	185
Central Eólica São Jorge S.A. (i)	-	126	-	174
Partes relacionadas (iii)	467	-	-	-
Outras partes relacionadas (ii)	-	2.316	-	12.674
Dividendos a receber				
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A.	7.214	7.114	-	-
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A.	5.219	5.218	-	-
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A.	236	158	-	-
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A.	308	243	-	-
Subtotal	13.444	17.172	-	13.181
	Controladora	Consolidado		
	2021	2020	2021	2020
Outras obrigações				
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A. (i)	-	(1)	-	-
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A. (i)	-	(1)	-	-
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. (i)	-	(7)	-	-
Santos Energia Participações S.A. (i)	-	(1)	-	(1)
Outras partes relacionadas (ii)	-	(5)	-	(148)
Dividendos a pagar				
AES Brasil Operações S.A.	(238)	-	(238)	-
Outras partes relacionadas (ii)	-	(111)	-	(111)
Subtotal	(238)	(126)	(238)	(260)
Total líquido de partes relacionadas	13.682	17.298	238	13.441

- (i) Refere-se a saldo de acordo de compartilhamento de despesas;
 - (ii) Refere-se a saldo de acordo de compartilhamento de despesas com empresas do mesmo grupo econômico do antigo controlador;
 - (iii) Referente saldo de acordo de compartilhamento de despesas com empresas do mesmo grupo econômico do antigo controlador indireto regularizadas no momento da aquisição pela AES Operações como condição precedente.
- As atividades realizadas com partes relacionadas, são oriundas das operações normais da Companhia e suas controladas com empresas participantes do mesmo grupo econômico.
- Remuneração do pessoal-chave da Administração**
 Os administradores da Companhia são executivos do acionista controlador e por esse motivo seus honorários serão pagos pelo acionista.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto de renda e contribuição social devidos são devidamente apurados e compensados com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ATIVO				
Imposto de renda	3	-	806	-
Contribuição social	-	-	233	-
Imposto de renda retido na fonte	-	-	703	-
Total	3	-	1.742	-

8. ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

O estoque é composto por partes e peças utilizadas na manutenção dos equipamentos do parque eólico. Em 31 de dezembro de 2021 o valor dos estoques é de R\$3.578, não havia saldo em 31 de dezembro de 2020.

9. OUTROS CRÉDITOS

Os outros créditos são compostos por adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas com seguros, entre outros.

	Controladora		Consolidado		
	Notas	2021	2020	2021	2020
Despesas antecipadas com seguros	-	-	478	-	-
Partes relacionadas	6	467	4.439	-	13.181
Outros	-	-	55	1.562	1.011
Total		467	4.494	2.040	14.192
Circulante		467	4.494	497	14.192
Não circulante		-	-	1.543	-
Total		467	4.494	2.040	14.192

10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Consolidado	
	2021	2020
Garantias financeiras (i)	122.960	11.193
Outros (ii)	3.452	3.448
Total	126.412	14.641

- (i) A Companhia e suas controladas detém cauções e depósitos vinculados, em sua grande maioria referentes as contas reservas das dívidas, as aplicações devem ser realizadas seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo está aplicado em fundos R\$112.235 e R\$10.725 em CDB's, a rentabilidade média apurada foi de 100% do CDI.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia possui depósitos judiciais para litígios cíveis, no montante de R\$3.452 e R\$3.448 respectivamente, relacionado a processos de servidão administrativa referente a implantação da linha de transmissão. A Companhia e suas controladas tem a possibilidade de ter reembolso do pagamento no caso do resultado favorável.

11. INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Na controladora os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

	Controladora	
	2021	
Participações societárias permanentes:		
• Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		144.915
Total		144.915

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2020	Dividendos mínimos obrigatórios	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Capitalização de juros	31/12/2021
Bela Vista	47.588	(101)	490	6.520	(582)	53.915
Embuaca	28.729	-	-	36	(414)	28.351
Icarai	22.125	(77)	200	4.436	(287)	26.397
Mar e Terra	32.083	(65)	-	4.640	(406)	36.252
Total	130.525	(243)	690	15.632	(1.689)	144.915

Movimentação dos investimentos	31/12/2019	Dividendos mínimos obrigatórios	Equivalência patrimonial	Capitalização de juros	31/12/2020
Bela Vista	44.254	(181)	3.797	(582)	47.288
Embuaca	31.445	-	(1.929)	(414)	29.102
Icarai	21.802	-	614	(287)	22.129
Mar e Terra	30.911	(75)	1.576	(406)	32.006
Total	128.412	(256)	4.058	(1.689)	130.525

A Companhia realizou aumentos de capital em algumas de suas controladas durante o exercício e sem emissão de novas ações. As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro líquido do exercício
Bela Vista	149.931	100.925	42.485	28.606	6.520
Embuaca	128.577	103.128	25.414	28.133	36
Icarai	82.848	58.717	19.695	20.486	4.436
Mar e Terra	113.381	80.426	28.315	24.845	4.640
Total	474.737	343.196	115.909	102.070	15.632

12. IMOBILIZADO

A Companhia utiliza critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, respectivamente, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. A Companhia reconhece ativos de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 25 anos e depreciados a uma taxa real média de 3,33%. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de autorização, dos dois o menor.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do ativo contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	2021		2020		
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,39%	80.745	(32.873)	47.872	-
Máquinas e equipamentos	5,10%	327.042	(128.100)	198.942	285.310
Veículos	13,69%	241	(229)	12	-
Móveis e utensílios	5,16%	408.395	(168)	199	-
Imobilizado em serviço		408.395	(161.370)	247.025	285.310
Imobilizado em curso (i)		33.692	-	33.692	16.398
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	7,03%	10.891	(2.288)	8.603	10.457
Total		452.978	(163.658)	289.320	312.165

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por material em depósito, juros capitalizados, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) As controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. As controladas reconheceram ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,67%.

(b) **Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Consolidado					Saldos em 31 de dezembro de 2021
	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Outras mutações	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações, obras civis e benfeitorias	80.745	-	-	-	-	80.745
Máquinas e equipamentos	345.831	(1.450)	1.008	(1.345)	(17.002)	327.042
Veículos	241	-	-	-	-	241
Móveis e utensílios	980	-	-	(8)	(605)	367
Imobilizado em serviço	427.797	(1.450)	1.008	(1.353)	(17.607)	408.395
Imobilizado em curso	16.398	(1.336)	5.002	(3.978)	17.606	33.692
Bens vinculados às concessões e autorizações	444.195	(2.786)	6.011	(5.332)	(1)	442.087
Direito de uso de terreno arrendado	12.263	(915)	193	(650)	-	10.891
Subtotal	456.458	(3.701)	6.204	(5.982)	(1)	452.978
Depreciação/Amortização arrendamento	(144.293)	59	(20.304)	880	-	(163.658)
Total líquido	312.165	(3.642)	(14.100)	(5.102)	(1)	289.320

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

13. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores representa em sua maioria custos com a aquisição e contratação de materiais e serviços de terceiros, os encargos de uso da rede elétrica.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Material e/ou serviços de terceiros	1	327	6.572	9.544
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	673	436
Total	1	327	7.245	9.980

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

A Companhia e suas controladas são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetuou os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa, porém, entre os meses de julho e dezembro, foram levantados balancetes de suspensão.

Por sua vez, as controladas se utilizaram da apuração com base no balancete de redução, sendo que Bela Vista, Embuaca, Icarai e Mar e Terra precisaram recolher antecipações.

	Consolidado	
	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda	21.061	-
Contribuição Social	8.267	-
Subtotal	29.328	-

15. RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A., Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A., Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A. e Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. que operam contratos do LER 2009, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância - 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2009.
- Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2009.
- Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2009 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2009. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2009. O segundo ciclo do LER 2009 se encerrou em junho de 2021.

	Consolidado	
	2021	2020
Ativo circulante		
Conta de ressarcimento	300	-
Ativo não circulante		
Conta de ressarcimento	7.086	-
Total ativo	7.386	-

	Consolidado	
	2021	2020
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	32.006	33.475
Passivo não circulante		
Conta de ressarcimento	4.365	3.163
Total passivo	36.371	37.138

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Provisão	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Provisão	Amortização
--	---------------------------------	----------	---------------------------------	----------	-------------



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. - BNDES e BNB	ICSD: ≥1,3x

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial referem-se à aluguel de terrenos, para os quais a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado (vide nota explicativa nº12). Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de valor relevante. O terreno foi arrendado pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2050. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a.

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Consolidado	
Passivo de arrendamento	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.543
Ingresso de principal	301
Encargos financeiros	815
Pagamento de encargos financeiros	(820)
Pagamento de principal	(433)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.406
Ingresso de principal	(678)
Encargos financeiros	478
Pagamento de encargos financeiros	(503)
Pagamento de principal	(1.179)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.524

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

Fluxo futuro	
CIRCULANTE	
2022	503
NÃO CIRCULANTE	503
2023	542
2024	586
2025	632
2026	680
2027	735
Após 2027	5.846
Total	9.524

18. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia e suas controladas realizaram um estudo tributário e a Administração entendeu que opção de tributação pelo lucro presumido era mais adequada aos negócios das controladas da Companhia, dessa forma para o próximo exercício, as controladas estarão enquadradas no regime de lucro presumido. Em face dessa mudança, as controladas da Companhia ofereceram para tributação todo o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passivo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$24.879, nos termos do art. 54 da Lei nº 9.430/1996.

19. DESMOBILIZAÇÃO

Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Eólico Icarai. A provisão para desmantelamento foi efetuada com base na estimativa desses custos através de uma consultoria externa, projetado até ao fim da vida útil do parque. A taxa de desconto adotada foi a taxa Selic de longo prazo de 1,75%, resultando no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a despesa financeira de R\$ 3.735 (R\$3.944 em 31 de dezembro de 2020). O saldo registrado na rubrica de "Provisão para desmobilização" em 31 de dezembro de 2021 é de R\$24.725 (R\$20.990 em 31 de dezembro de 2020).

20. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. Provisão para contingências cíveis A Companhia é parte em processos de reintegração de posse, os quais a Administração, baseada na informação de seus assessores jurídicos, reconheceu a necessidade da constituição da provisão. O valor constituído como provisão em 31 de dezembro de 2021 é de R\$204 (R\$204 em 31 de dezembro de 2020).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social
 Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$143.460 (R\$142.770 em 31 de dezembro de 2020), composto por 142.770.000 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor contábil. Os eventos apresentados a seguir justificam a variação do capital social:
 Em dezembro de 2021 foi realizado aumento de capital de R\$ 690 em moeda corrente contribuído AES Operações.

	2021	2020
Destinação dos resultados		
Lucro líquido do exercício	12.544	2.016
Constituição de reserva legal (5%)	(627)	(101)
Base para pagamento de dividendos	11.917	1.915
Destinação:		
Dividendos mínimos obrigatórios	238	95
Reserva de lucros	11.679	1.820
Total destinado	11.917	1.915

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

- (a) **Receita de suprimento de energia elétrica**
 A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.
- (b) **Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE**
 A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

	Consolidado	
	2021	2020
Contratos bilaterais	83.487	70.487
Ressarcimento de energia	3.960	(6.653)
Outras receitas	328	-
Receita operacional bruta	87.775	63.834
(-) PIS e COFINS	(6.449)	(2.374)
Total	81.326	61.460

23. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2021	2020
Custo de produção e operação de energia		
Contratos bilaterais	(2.112)	-
SPOT - Mercado de curto prazo	(17)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(7.080)	(6.734)
Taxa de fiscalização ANEEL	-	(409)
Subtotal	(9.619)	(6.734)
Custo da operação		
Pessoal e administradores	(2.520)	(2.990)
Serviços de terceiros	(3.926)	(20.629)
Material	(6.533)	-
Depreciação e amortização	(21.966)	(25.266)
Seguros	(1.268)	(969)
Arrendamentos e aluguéis	(466)	-
Contribuições setoriais	(125)	-
Outros custos operacionais	-	(173)
Subtotal	(36.804)	(50.027)
Total	(46.422)	(56.761)

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal e administradores	-	(7)	-	-
Material	(12)	-	(2.274)	(991)
Serviços de terceiros	(451)	(6)	(2.706)	(975)
Total	(463)	(13)	(4.980)	(1.966)

25. OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Seguros	(575)	-	(1.196)	-
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	1.410	-
Multa contratual (i)	-	-	-	18.656
Outros	10	(10)	851	(150)
Total	(565)	(10)	1.065	18.506

(i) No exercício de 2020 a Companhia recebeu o *Liquidate Damages* referente ao encerramento do contrato de O&M com a Siemens Gamesa no valor de R\$18.656.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras				
Rendidas de aplicações financeiras	35	7	3.416	1.274
Variações monetárias	-	-	87	-
Outras receitas financeiras	-	10	59	144
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(2)	-	(188)	-
Total	33	17	3.374	1.418
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	-	-	(7.701)	(8.423)
Amortização de custo de transação	-	-	(1.438)	(3.118)
Tarifas e encargos bancários	(2)	(8)	(500)	(52)
Juros arrendamento	(11)	(62)	(478)	-
Atualização provisão desmobilização	-	-	(3.735)	(3.944)
Outras despesas financeiras	(710)	(1.696)	(2.319)	(1.495)
Total	(723)	(1.766)	(16.171)	(17.032)
Total líquido	(690)	(1.749)	(12.797)	(15.614)

27. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e suas controladas apuram os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

Controladora		Consolidado	
2021		2021	
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:			
Na rubrica de tributos:			
Corrente	-	-	(21.534)
Diferidos	-	-	18.194
Total	-	-	(3.340)

Controladora		Consolidado	
2021		2021	
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
b) Demonstração do cálculo dos tributos:			
Resultado antes dos tributos	12.544	12.544	18.192
Adições (exclusões):			
Resultado de equivalência patrimonial	(14.647)	(14.647)	-
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	865	865	(4.745)
Atualização SELIC de créditos tributários	-	-	(87)
Total das adições (exclusões)	(13.782)	(13.782)	(4.832)
Resultado ajustado	(1.238)	(1.238)	13.360
Alíquota nominal	15% + 10%	9%	15% + 10%
Total da despesa com tributos	-	-	(3.340)
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	18,4%

Controladora		Consolidado	
2020		2020	
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:			
Na rubrica de tributos:			
Corrente	-	-	(436)
Diferidos	-	-	(2.186)
Total	-	-	(2.622)

Controladora		Consolidado	
2021		2021	
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
b) Demonstração do cálculo dos tributos:			
Resultado antes dos tributos	2.016	2.016	5.625
Adições (exclusões):			
Diferença temporária s/ diferido constituído (arrendamento)	(4.058)	(4.058)	4.863
Total das adições (exclusões)	(4.058)	(4.058)	4.863
Resultado ajustado	(2.042)	(2.042)	10.488
Alíquota nominal	15% + 10%	9%	15% + 10%
Total da despesa com tributos	-	-	(2.622)
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	46,6%

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

28.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros
 O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com inserção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado		Consolidado		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	

ATIVO (circulante e não circulante)
 Caixa e equivalentes de caixa 4 6.563 931 91.263 91.263 Custo amortizado
 Investimentos de curto prazo 4 6.563 8.563 - - Valor justo por meio do resultado
 Contas a receber 5 7.981 7.981 9.155 9.155 Custo amortizado
 Cauções e depósitos vinculados 10 126.412 126.412 14.641 14.641 Custo amortizado
Total 141.887 141.887 115.059 115.059

PASSIVO (circulante e não circulante)
 Fornecedores 14 7.245 7.245 9.980 9.980 Custo amortizado
 Empréstimos e financiamentos 17 188.752 188.752 202.106 202.106 Custo amortizado
 Passivo de arrendamento 18 9.524 9.524 11.406 11.406 Custo amortizado
Total 205.521 205.521 223.492 223.492

(i) Mensuração do valor justo de nível 2.
 O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação. Para a rubrica empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

28.2 Hierarquia do valor justo
 A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:
 • Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
 • Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
 • Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

28.3 Gerenciamento de riscos
 A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) **Estrutura de gerenciamento de riscos**
 A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.
Gestão de Riscos
 A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia e suas controladas, visando conciliar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas. A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas, definir padrões a serem seguidos pela Companhia e suas controladas no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio. É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito. A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.
Controles Internos
 A área de Controles Internos, que se reporta à Gerência de Controladoria, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

Auditoria Interna
 A controladora da Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia e suas controladas, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos. A controladora da Companhia realiza anualmente uma auto avaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de erros significativos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e o status dos planos de ação são periodicamente comunicados à Administração da Companhia, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras e processos da Companhia e suas controladas. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria.

Ética e Compliance
 A Companhia e suas controladas estão comprometidas em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia e suas controladas, conduzido pela área de Ética e Compliance da Diretoria jurídica, cujo principal objetivo é "conhecer" os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas. A Companhia e suas controladas disponibilizam diversos meios para que qualquer pessoa possa reportar suspeitas de violações do Guia de Valores (Código de Conduta), Leis ou Políticas da empresa, tais como: o Departamento de Ética e Compliance da AES, por meio de seus membros ou por e-mail, assim como por meio do AES Helpline, através da página na internet ou telefone. O AES Helpline está disponível 24 horas por dia / 7 dias por semana. Denúncias ao AES Helpline podem ser feitas anonimamente. A Companhia e suas controladas ainda contam com uma Política de Não Retaliação contra aqueles que de boa-fé trouxeram ao conhecimento da empresa qualquer situação de não conformidade ou suspeita de violação de assuntos de Ética e Compliance. Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta Administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas de remediação.

(b) **Riscos resultantes de instrumentos financeiros**
 A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:
Risco de crédito
 Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e investimentos de curto prazo.
Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo
 Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores. A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências. A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos. Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2021
MS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.
 CNPJ 10.288.617/0001-08

☆ continuação

www.aesbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso. A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento. A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

Consolidado		
2021	2020	
Empréstimos e financiamentos	188.752	202.106
Caixa e equivalentes de caixa	(931)	(91.263)
Investimentos de curto prazo	(6.563)	-
Dívida líquida	181.258	110.843
Patrimônio líquido	158.988	145.992
Dívida líquida/Patrimônio líquido	53,27%	43,16%

Empréstimos e financiamentos
 Caixa e equivalentes de caixa
 Investimentos de curto prazo
Dívida líquida
 Patrimônio líquido
Dívida líquida/Patrimônio líquido

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de covenants, conforme nota explicativa nº 17.4.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas. A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e suas controladas, bem como a operacionalização e controle destas posições. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica "Empréstimos e financiamentos" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 17. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	7.245	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	24.193	49.113	76.837	93.782
Passivo de arrendamento	-	502	1.128	2.047	5.847
Total	7.245	24.695	50.241	78.884	99.629

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2021.

(b.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:
Riscos de taxas de juros
 A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2021 é:

	2021
Caixa e equivalentes de caixa	931
Empréstimos e financiamentos	(208.058)
Total	(207.127)

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas a TJLP e juros aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2021. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros e moeda estrangeira

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos, nas dívidas e nas opções de compra aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos empréstimos e financiamentos.

Dívidas	Risco	Posição em 31.12.2021	Consolidado				
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
TJLP			2,66%	3,99%	5,32%	6,65%	7,98%
Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES	TJLP	(49.208)	(5.285)	(5.991)	(6.697)	(7.403)	(8.109)
Impacto no resultado			(5.285)	(5.991)	(6.697)	(7.403)	(8.109)
Total da exposição líquida			(5.285)	(5.991)	(6.697)	(7.403)	(8.109)

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com o BNDES e o BNB, conforme nota explicativa nº 17, no entanto, apenas a dívida junto ao BNDES possui incertezas com relação ao indexador, a dívida com o BNB é indexada com juros prefixados descartando com isso incertezas na execução futura do contrato.

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas tem contratos de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2021. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia e suas controladas. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se

refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia e suas controladas não devem ser impactadas no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, civis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo AES, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.3) Risco em renováveis não hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O constrained-off de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao constrained-off de usinas. Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas.

Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por constrained-off que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão - DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de constrained-off para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de constrained-off protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolar uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do constrained-off, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- Reconhecimento de restrições energéticas;
- Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por constrained-off. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de constrained-off "em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do constrained-off com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastró de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a "Penalidade por Insuficiência de Lastró de Energia de Reserva". Nesta condição, o caderno de Regras "Penalidade de Energia de Reserva" foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastró de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022. A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAF), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastró não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastró de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

29. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Consolidado						
	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Taxa de fiscalização dos serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	312	312	312	312	312	2.184	3.744
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	5.868	5.868	5.868	5.868	5.868	41.076	70.416
Encargos de conexão	1.776	1.776	1.776	1.776	1.776	12.432	21.312
Modernização e manutenção de usinas	731	319	21	-	-	-	1.071
Total	8.687	8.275	7.977	7.956	7.956	55.692	96.543

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas da atividade de investimento foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aumento de capital em controladas	690	-	-	-
Arrendamentos	-	-	812	-
Desmobilização	-	-	3.735	-
Total	690	-	4.547	-

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2022 foi aprovado o aporte de capital pela sua controladora AES Brasil Operações S.A., no montante de R\$ 26.911.

DIRETORIA		
Clarissa Della Nina Sadock Accorsi Diretora	Carlos Renato Xavier Pompermaier Diretor	Anderson de Oliveira Diretor

CONTADOR	
Rodrigo dos Santos Martins CRC 1SP289353/O-0	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da MS Participações Societárias S.A. - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da MS Participações Societárias S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MS Participações Societárias S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 01 de abril de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de maio de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
 Contador CRC 1SP245014/O-2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 10/06/2022 18:38
 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/06/10/AES1562914310062022.pdf

Hash:1654810681d255e8b8abd44d47ab9687a2039d41ec